REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 6, n. 3, ed. especial. 2020.
Missões

"A REVOLUÇÃO SERÁ FEMINISTA OU NÃO SERÁ": NOTAS SOBRE O FEMINISMO PARA OS 99%

"THE REVOLUTION WILL BE FEMINST OR IT WON'T BE": NOTES ON FEMINISM FOR THE 99%

Rubya Garcia[1]
Milena Carlos de Lacerda[2]

Resumo: O Movimento Feminista possui diversas frentes e ramificações que se desdobram em distintas formas de organização e atuação. Norteadas pelas contribuições do Manifesto "Feminismo para os 99%", este estudo pauta a visibilidade do movimento transnacional feminista que vem emergindo a partir de 2015 com o processo de reinvenção das greves e mobilizações. Objetiva-se lançar reflexões sobre a legitimação deste movimento em termos de organização, temporalidade e território, enfatizando os objetivos no contexto da crise social, econômica, política, ética e ambiental, particularizadas com a ofensiva conservadora e autoritária no Brasil. Ancoradas no materialismo histórico dialético e nos estudos feministas, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a temática e uma análise aprofundada do manifesto. À vista dessas considerações, o "feminismo para os 99%" propõe atuações que sejam anticapitalistas, antirracistas, antilgbtfóbicas e ecossocialistas, buscando compreender a totalidade das mulheres diante das relações sociais da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Greves; Feminismo; Capitalismo.

Abstract: The Feminist Movement has several faces and branches that unfold on multiple actions and means of organization. Guided by the contributions of the "Feminism for the 99%" manifest, the paper works on the transnational feminist movement visibility that has been emerging since 2015 with the reclaiming of strikes and mobilizations. We aim cast a reflection on the legitimacy of such movement regarding its organization, temporality and territory, emphasizing it's goals on the context of a social, economic, ethical, political and environmental crisis compounded by the authoritarian and conservative rising in Brazil. Rooted on the historical dialectical materialism and on feminist studies e review the bibliography on the theme. Having such considerations, "Feminism for the 99%" proposes actions that are anticapitalists, antiLGBTphobics, antiracist and ecossocialists aiming to understand the totality of women upon capitalist society social relations.

Keywords: Strikes; Feminism; Capitalism.

[1] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Mestranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Bolsista CNPq e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética, Violência e Direitos Humanos – NEPEVEDH. E-mail: rubya_garcia@hotmail.com

[2] Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Doutoranda em Serviço Social no PPGSS/UERJ da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em "Sexualidade, Corporalidades e Direitos" (UFT). E-mail: milenalacerdaseso@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Movimento Feminista é a principal estratégia de organização e resistência que as mulheres encontraram ao longo dos séculos para reivindicarem as demandas frente aos ditames da desigualdade patriarcal. Desde a primeira visibilidade de organização política, esse movimento vem se reformulando e agregando novas bandeiras de luta.

Referenciado temporalmente como primeira onda do Feminismo, datada no final do século XIX, na Europa e na América do Norte, este conjunto de mobilizações impulsionou a luta por direitos iguais e cidadania, em termos formais e legais, a partir da lógica da igualdade sexual (PISCITELLI, 2009). Nessa primeira onda, as mulheres buscavam garantir direitos para auferir a igualdade com os homens, pelo acesso à educação, ao mercado de trabalho e ao voto universal, para que as disparidades pudessem desaparecer, no intuito de emergir uma simetria nas relações de gênero, principalmente dentro do casamento (DAVIS, 2016).

Desde então, mulheres de vários países, de todas as classes sociais, raças/etnias e geração têm se articulado em movimentos, associações e organizações para buscar garantir a igualdade/equidade de acordo com as reivindicações. A greve insere-se neste cenário, a partir da experiência de atuação do operariado, configurando-se como uma grande força política e impacto social.

As mulheres protagonizaram inúmeras greves ao redor do mundo, acirradas desde o início do século XX até os dias atuais. Nessa quadra histórica, essa forma de mobilização vem se ressignificando desde a greve na Islândia no ano de 1975, quando cerca de 90% das mulheres do país interromperam as tarefas cotidianas para irem às ruas por seus direitos (BREWER, 2015).

Por meio desses movimentos, a sociedade pôde vislumbrar, ainda que paulatinamente, a importância que possui o trabalho que é executado pelas mulheres, tanto dentro, como fora de casa, no âmbito da produção, quanto da reprodução social. É nessa perspectiva que o "Feminismo para os 99%" foi tomando forma, dando ênfase à importância das greves como instrumento real de articulação política entre mulheres no mundo todo.

Nesse sentido, este artigo busca identificar as principais características do movimento que surge através das recentes greves feministas, a partir da análise do Manifesto do Feminismo para os 99% de autoria da Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, lançado em 2019 no Brasil. Esse Manifesto Internacional Feminista articula o anticapitalismo com as questões de gênero, raça/etnia, sexualidades e ainda a emergência da proteção do meio ambiente em tempos de exploração massiva do modo de produção capitalista.

No intuito de apreender essa abordagem à luz das experiências grevistas das mulheres feministas ao redor do mundo e especialmente na América Latina, no contexto do espraiamento da extrema direita na cartografia mundial, buscou-se esmiuçar o significado deste manifesto para entender as relações sociais que se desenrolam na conjuntura atual brasileira, a partir duma perspectiva de totalidade.

Vale ressaltar que este estudo, ainda aproximativo, insere-se na interlocução das relações de gênero, raça, classe e meio ambiente em tempos de barbárie do capital, agudizadas com a dinâmica da neoliberalização, financeirização e precarização do trabalho, perfazendo a crítica ao feminismo liberal. Sob esse prisma, a contradição entre o trabalho e capital é chave analítica para problematizar o projeto da acumulação flexível, somada às nuances epidêmicas de precarização da vida social, principalmente no contexto econômico e político contemporâneo, atingindo de forma particularizada as mulheres, a população negra e as pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais).

A partir desses aspectos, pontuou-se que este estudo vincula-se às iniciativas de pesquisadoras/es do campo de gênero e sexualidade do Movimento Feminista, Movimento Negro e LGBTI que pautam o desmantelamento do heterocissexismo e da branquitude como sistema de poder que se pretende universal, por meio do enfrentamento ao capitalismo.

O GRITO DO FEMINISMO PARA OS 99%: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

O borbulhamento das mobilizações, passeatas e ações reivindicatórias em várias partes do mundo configurou-se como fio condutor para as reflexões empreendidas na obra "Feminismo para os 99%: Um manifesto" das autoras Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser[3]. No intuito de compreender as contribuições teóricas e políticas deste manifesto para a agenda feminista, esboçar-se-á, ainda que brevemente, o conteúdo e as principais críticas, diante das contradições agudizadas na atual fase do capitalismo mundial.

A elaboração é composta por 11 teses que fundamentam essa nova face do feminismo na cena contemporânea. Na obra, as autoras desenvolvem as teses de que: 1) Uma nova onda

[3] As autoras do livro possuem uma trajetória de discussão e militância em torno da opressão e a exploração de gênero no capitalismo a partir de diversas perspectivas. Cinzia Arruzza é professora de filosofia em Nova Iorque, autora de diversos livros sobre feminismo e marxismo, foi uma figura de grande atuação na organização da Greve Internacional de Mulheres nos Estados Unidos. Tithi Bhattacharya volta suas pesquisas para a reprodução social de forma crítica, é professora da Universidade *de Purdue* em Indiana, nos EUA, e também teve forte presença na organização da greve. Ambas as autoras citadas fazem parte do coletivo editorial da *Viewpoint Magazine*. Por fim, Nancy Fraser, responsável por cunhar a frase "feminismo para os 99%" estuda as crises capitalistas e os conceitos de capitalismo, é professora de filosofia e política em Nova Iorque e também teve forte atuação e apoio na greve internacional.

feminista está reinventando a greve; 2) O feminismo liberal está falido. É hora de superá-lo; 3) Precisamos de um feminismo anticapitalista – um feminismo para os 99%; 4) Vivemos uma crise da sociedade como um todo – e sua causa originária é o capitalismo; 5) A opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social à produção que visa ao lucro; 6) A violência de gênero assume muitas formas sempre enredadas nas relações sociais capitalistas; 7) O capitalismo tende regular a sexualidade; 8) O capitalismo nasceu da violência racista e colônia. O feminismo para os 99% é antirracista e anti-imperialista; 9) Lutando para reverter a destruição da Terra pelo capital, o feminismo para os 99% é ecossocialista; 10) O capitalismo é incompatível com a verdadeira democracia e paz: Nossa resposta é o internacionalismo feminista; 11) O feminismo para os 99% convoca todos os movimentos radicais a se unir em uma insurgência anticapitalista comum.

A escolha de lançar um Manifesto partiu diretamente da inspiração do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels (1999) que reivindicou a participação política dos/as trabalhadores/as para transformação social rumo ao espectro do comunismo, identificando as mazelas e contradições do modo de produção capitalista. Por se tratar de um manifesto feminista marxista, o número de teses referência às Teses de Feuerbach escritas por Marx, em que ele refuta o idealismo do autor. Essa referência reivindica a práxis política para a ação revolucionária, ao passo que Marx e Engels, ao longo da elaboração teórica, evocam que "Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras: o que importa é transformá-lo" (2009, p.122).

Nessa linha argumentativa, as autoras assinalam, a partir da maturação da experiência dos Movimentos Feministas, os eixos constitutivos para alcançar uma sociedade mais democrática, livre e igualitária que não está circunscrita aos limites liberais e que envolva a parcela majoritária da população. A partir de um feminismo combativo, a programática afasta-se das compreensões do feminismo corporativo, meritocrático e servil ao individualismo do capitalismo.

Ao fazer a crítica ao feminismo liberal-burguês, a crítica marxiana, desnudou o caráter ilusório da conquista de direitos às mulheres no seio do capitalismo para o alcance da plena emancipação, pois as conquistas dos direitos civis, políticos e sociais, em geral, restritas a uma parcela da sociedade, configuram-se como limitada emancipação parcial (INÁCIO, 2018).

Em 8 de março de 2019, por homenagem ao Dia Internacional das Mulheres, o "Manifesto para os 99%" foi publicado em diversos países, incluindo o Brasil, corporificado a

partir das mobilizações feministas transnacionais que organizaram uma série de paralisações e marchas desde o ano de 2016. A partir da experiência conjunta na Greve Internacional das Mulheres, as autoras alinharam-se em bandeiras de luta e resistência para o enfrentamento às refrações da crise estrutural do capital, acionando o feminismo crítico com a "consciência de classe para si".

Essa crise rebate ostensivamente na vida social das mulheres da classe trabalhadora, propiciando, inclusive, o cenário para o desenvolvimento de um movimento feminista anticapitalista. Entretanto, é necessário ressaltar que não é apenas por conta da crise que urge a necessidade de uma luta feminista contra o capital, mas reside na contradição básica e fundamental do próprio sistema em regulamentar as relações de opressão e exploração e a relação intrínseca com as demais dimensões da vida social.

Na arquitetura intelectual da obra marxiana, o capitalismo é referenciado como um modo de produção econômico-social nucleado na divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, na contradição da apropriação do trabalho pelo capital. Grosso modo, o capitalismo trata-se de uma dinâmica de acumulação e valorização do capital, por meio da exploração da força de trabalho. Segundo as autoras, o capitalismo refere-se a:

> […] uma ordem social institucionalizada que abrange relações aparentemente não econômicas e práticas que mantém a economia oficial. Por trás das instituições oficiais do capitalismo – trabalho assalariado, troca e sistema financeiro – estão os suportes que lhes são necessários e as condições que as possibilitam: famílias, comunidades, natureza; Estados territoriais, organizações políticas e sociedades civis; e, em especial, enormes quantidades e múltiplas formas de trabalho não assalariado e expropriado, incluindo muito do trabalho de reprodução social, ainda executado predominantemente por mulheres e muitas vezes sem compensação. Esses também são elementos constitutivos da sociedade capitalista – e lugares de luta em seu interior (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 102).

É importante sublinhar que a fase expansiva do capitalismo maduro começa a dar sinais de esgotamento com a recessão que pôs fim aos "anos dourados" do estado de bem-estar social, iniciando a adesão às prerrogativas neoliberais através do processo de refuncionalização do Estado na relação com o capital e a sociedade (HARVEY, 1993).

Em reação teórica e política ao Estado Intervencionista e de Bem-Estar nas economias centrais e a suposta incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições do capitalismo, abre-se um processo de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho e da reconfiguração do Estado. Nessa nebulosa, Harvey (1993) apresenta as alterações no processo produtivo capitalista, por meio de novas técnicas de gestão da força

de trabalho manifestadas pela dinâmica da reestruturação produtiva, que incorpora as tecnologias resultantes de avanços científicos. Segundo tal entendimento, neste período da acumulação flexível – operam as condições necessárias para o crescimento do capital como condição para acumulação, independente de consequências sociais, políticas e ecológicas.

A partir da exacerbação das contradições internas desse modo de produção no cenário atual, tem-se como resposta a proliferação dos Movimentos Sociais no campo da esquerda. Ao considerar o conjunto das relações sociais e a ascensão do conservadorismo, a marola feminista, nos termos das autoras, insere-se nessas mobilizações desdobrando-se na conhecida "Primavera Feminista".

O estopim da Primavera Feminista ocorreu na Polônia, no mês de outubro de 2016, quando milhares de mulheres saíram às ruas reivindicando o aborto legal que estava sendo ameaçado por um projeto de lei que o proibia, ainda que em caso de estupro (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Essa greve das mulheres polonesas teve como inspiração a greve das mulheres na Islândia datada em 1975, onde cerca de 90% das mulheres pararam por um dia em greve, tanto nos trabalhos fora de casa, como nos trabalhos domésticos para reivindicar o fim da desigualdade sexual no mercado de trabalho, a igualdade de salários com os homens e para dar visibilidade ao trabalho reprodutivo como parte integrante da economia (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2018).

Na altura desses acontecimentos, ocorreu na Argentina o assassinato brutal da jovem Lucia Pérez, na ocasião, a jovem de 16 anos foi drogada e violentada, chegando a ser empalada por seus algozes. Logo após, eles a levaram a uma unidade de saúde, alegando que a jovem teria sofrido uma overdose (EL PAÍS, 2016). Tal acontecimento acabou por dar início a uma mobilização das mulheres de forma intensa contra o feminicídio e impulsionando uma onda de manifestações nos países[4] da América Latina. Conhecido pela nomenclatura de *"Ni Una a Menos",* o movimento repercutiu em países tanto do Sul Global, como em outros continentes por meio das mídias e das *hashtags* usadas para a divulgação no cenário tecnológico-informacional.

No ano de 2018, a Argentina vivenciou a chamada "onda verde" popularizada pelos coletivos feministas em torno da descriminalização do aborto que ocupava a pauta das lutas

[4]Nos últimos anos, a avalanche de movimentações das tropas feministas foi sentida em vários países da América Latina, com destaque para o México, Chile, Argentina, Venezuela, Colômbia, Nicarágua. Para maior detalhamento, consultar: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-08/feminismo-finca-raizes-na-politica-da-america-latina.html Acesso em: 22 Jul. 2020.

sociais no último decênio, cujo lema era: “educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer” (DiP, 2020, on-line).

No Brasil, estima-se que o número de abortos induzidos seja de 1 milhão por ano. Desse total, cerca de 250 mil mulheres são hospitalizadas por complicações. Duas mil mulheres foram a óbito no país, nos últimos 10 anos, por conta de abortos clandestinos, causando 203 mortes de mulheres em 2016, num somatório de uma morte a cada dois dias por esse motivo (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2018).

Os abortos induzidos são feitos por mulheres de diversas classes sociais, entretanto, quando reporta-se à gravidade das situações e dos números de mortes, quem mais se prejudica nesse processo são mulheres negras e jovens, majoritariamente solteiras e com baixo nível de escolaridade e salarial (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM apud SOUZA, 2018).

No Código Penal brasileiro, está previsto no artigo 124, a penalidade cabível ao considerado crime de aborto, que varia de 1 a 3 anos em casos de consentimento que alguém execute, bem como se a própria mulher o fizer (BRASIL, 1984). O que acontece é que as mulheres recorrem à clandestinidade para fazê-lo (BARIONI et al., 2016).

A pauta da descriminalização do aborto no Brasil é histórica para as organizações feministas e alcançou o debate público nas audiências do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018 no Brasil, trazendo à luz uma discussão qualificada baseada em dados científicos sobre a desigualdade social e racial que acarretam as altas taxas de mortalidade e o punitivismo penal de mulheres que realizam o aborto clandestino no país.

A internacionalização desses movimentos aconteceu com as paralisações adjacentes ao dia 8 de março de 2017, em que mulheres de todo o mundo decidiram parar em greve por seus direitos. No que concerne ao principal dia de luta do movimento de mulheres do mundo, Inácio (2018) recupera-o como um marco importante nas lutas das mulheres socialistas para a celebração de uma jornada internacional que remonta as manifestações das mulheres na Rússia.

Esse movimento culminou no chamado 8M, redimensionando o sentido da data ao real significado, ora tomado pelo capitalismo como um incentivo ao consumo por meio de homenagens às mulheres, a partir da naturalização de atributos da maternidade, da fragilidade e da submissão.

A feminilização dos comportamentos das mulheres está intimamente ligada à maneira como são socializadas pelos ditames patriarcais, por um padrão normativo. Mulheres são constantemente ensinadas desde o nascimento a comportarem-se como pessoas

compreensivas e dóceis, enquanto aos homens é necessário ensinar os ideais de assertividade e força (SAFIOTTI, 2015). Essas premissas acabam por essencializar os papéis sexuais, limitando-os e fixando a partir da lógica do biológico.

Na esteira dos Movimentos de Mulheres, é válido mencionar que as greves são estratégias do feminismo desde as suas primeiras formas de organização política no século XX, através da reflexão política e teórica sobre as formas concretas do trabalho feminino nas sociedades capitalistas, e da restauração das raízes ligadas à classe trabalhadora e ao feminismo socialista (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2018).

Segundo as autoras, essas iniciativas redirecionaram o entendimento do trabalho assalariado, enfatizando que o trabalho doméstico e as atividades da reprodução social executados pelas mulheres também fazem parte da cadeia da economia capitalista, expandindo, assim, o horizonte sobre a exploração de trabalho no sistema capitalista.

Essa compreensão dialoga com Silvia Federici (2019, p. 42), ao longo do projeto intelectual, ao tratar o trabalho doméstico como manipulação mais disseminada e a violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. Essa autora argumenta que o salário que é pago ao trabalho remunerado oculta o trabalho por trás da execução deste, ainda que seja um fato que permite ao trabalhador a reivindicação por salários melhores ou por condições de trabalho, enquanto à mulher não é permitido, tampouco reconhecido.

Neste debate, podem-se referenciar as atividades de cuidado no seio da economia capitalista, pelos processos de redefinição do estado em torno da implementação de políticas assistenciais, que responsabilizam as mulheres pelo cuidado da unidade familiar e repercutem no barateamento da força de trabalho e na consequente extração da mais valia.

Ao ponderar sobre a divisão sexual do trabalho e a questão do cuidado, Flávia Biroli (2018) expõe que, embora a configuração de família venha se modificando ao longo das últimas décadas, a responsabilidade do cuidado com relação à família e ao ambiente doméstico ainda prevalece depositada nas mulheres.

> A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizavam a dominação de gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas (BIROLI, 2019, p. 27).

Para além do debate da reprodução social e da dimensão do cuidado, a família sacralizada (singularizada no pai, mãe e filhos) adquire centralidade em termos econômicos para acumulação e valorização capitalista, tornando-se o elemento organizativo para o conjunto da sociedade.

> [...] não é algo espontâneo, tampouco natural, mas socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho patriarcal, ao imputar às mulheres uma responsabilização sobre as expressões da questão social, assim como assegurar grande parte da reprodução da força de trabalho por meio de atividades remuneradas e não remuneradas, vinculadas ao "cuidado", ao trabalho doméstico e às atividades extensivas ao mesmo (CISNE; SANTOS, 2018, p. 151).

Cabe ressaltar que as greves aludidas anteriormente, não se centraram apenas na pauta dos salários, mas também em questões como violência de gênero nas múltiplas dimensões, na defesa da liberdade à sexualidade, aos direitos reprodutivos e das liberdades democráticas. Diante desse cenário, o feminismo para os 99% coloca-se avesso ao feminismo liberal do "tudo posso", argumentando que:

> A grande mídia continua a equiparar o feminismo, em si, com o feminismo liberal. Longe de oferecer uma solução, contudo, o feminismo liberal é parte do problema. [...] Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela "diversidade". Embora condene a "discriminação" e defenda a "liberdade de escolha", o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar de restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade, mas meritocracia. Em vez de buscar abolir a hierarquia social, visa "diversificá-la", "empoderando" mulheres "talentosas" para ascender ao topo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37-38).

Entretanto, a crítica ao feminismo liberal não nasce dessas novas movimentações e articulações do feminismo, pelo contrário, já no século XX, diante dos movimentos da primeira onda, já se esboçava essa crítica. Rosa Luxemburgo em uma análise ferrenha expõe em um de seus textos sobre a "A proletária" que

> A mulher burguesa não tem nenhum interesse real em direitos políticos pois não exerce uma função econômica na sociedade, pois usufrui dos frutos acabados da dominação de classe. A reivindicação, por igualdade de direitos femininos é, onde ela se manifesta nas mulheres burguesas, mera ideologia de alguns grupos fracos, sem raízes materiais, um fantasma da oposição entre a mulher e o homem, uma esquisitice. Por isso, o caráter anedótico do movimento das sufragetes (LUXEMBURGO, 1914, on-line).

É evidente que as organizações feministas de bases liberais reconhecem as desigualdades mais imediatas das disparidades de gênero, mas não conseguem articular o gênero com os demais marcadores de diferença, tampouco apontar o núcleo da exploração e opressões. Tais expoentes estabeleceram desde o prelúdio das manifestações que a problemática central das mulheres concentrava-se exclusivamente na falta de participação delas no meio público "e reivindicavam reformas relacionadas com a inclusão no mercado de trabalho. Desde o princípio, tiveram um setor destinado a formar e promover as mulheres para ocupar cargos públicos" (GARCIA, 2015, p. 85).

Sob a perspectiva de que o feminismo não representa um todo unificado, dadas as trajetórias marcadas por distintas clivagens, em momentos específicos e em relação às aproximações teóricas e práticas políticas, surge a crítica aos objetivos e conceituações que reforçavam a suposta universalização das pautas feministas. O principal contrapondo com esse ideário mistificado, advém da crítica forjada pelas feministas negras que problematizam a universalização das pautas feministas em torno da categoria mulher, do acesso à educação e a ascensão no mercado de trabalho.

Sueli Carneiro (2019) afirma que o atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres no país, enegrecendo as reivindicações. Paralelamente, a autora aponta que as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada a qual o discurso clássico sobre a opressão das mulheres não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão, sobretudo colonial, teve na identidade e na vivência dessas mulheres.

Absorvendo essas contribuições, o manifesto para os 99% visa transgredir as barreiras do corporativismo neoliberal que apenas administra a dominação do trabalho, igualando essa exploração à desigualdade de gêneros, com discurso de que as mulheres precisam também ocupar cargos do alto escalão, desconsiderando a estrutura socioeconômica e a violação colonial que permeia as realidades diversas.

Baseadas nessas questões, as autoras recorrentemente questionam a quem serve esse tipo de feminismo, que ao falsear a realidade e universalizar as demandas das mulheres, desconsidera a diversidade e diferenças que compõem a heterogeneidade das classes sociais.

Distante de criar um universalismo que torne homogêneo todos os segmentos sociais e até desconsiderá-los, o feminismo para os 99% entende que a articulação entre classe, raça e

gênero e sexualidade é imprescindível para avançar no combate às desigualdades históricas do desenvolvimento da sociedade capitalista.

> [...] a nova onda feminista tem potencial para superar a oposição obstinada e dissociadora entra "política identitária" e "política de classe". Desvelando a unidade entre "local de trabalho" e "vida privada", essa onda se recusa a limitar suas lutas a um desses espaços. E, ao definir o que é considerado "trabalho" e quem é considerado "trabalhador", rejeita a subvalorização estrutural do trabalho - tanto remunerado como não remunerado – das mulheres no capitalismo. No geral, o feminismo das grevistas antecipa a possibilidade de uma fase nova e sem precedentes de luta de classes: feminismo internacionalista, ambientalista e antirracista (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 34).

Gouvêa e Mastropaolo (2018) sustentam a impossibilidade da crítica radical e práxis política com a negação do racismo e do patriarcado como fundamentais a estrutura desse modo de produção. Em outras palavras, "não é possível superar de fato a opressão de classe capitalista sem a superação da forma capitalista de todas as opressões concretas. E não é possível superar a forma capitalista destas opressões sem superar a opressão de classe" (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2018, p. 16).

Ainda nessa direção, o manifesto reivindica as garantias fundamentais que são alijadas da população, tais como moradia, alimentação digna, saúde, educação e o direito às terras de povos originários. Para o movimento, essas lutas estão intrinsecamente ligadas às pautas demandadas pelas mulheres, porque ambas são importantes para a reprodução e são afetadas pelo modo de produção. É por esta razão que o manifesto propõe a união de reivindicações em prol de uma luta anticapitalista coletiva coadunando-se com os demais movimentos de resistência (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Com base nessa premissa, as autoras denunciam os elementos centrais para superar os dilemas e desafios da conjuntura atual: de um lado perfazem a crítica a esquerda reducionista, que insiste na unidade de classe, considerando na sobreposição neutra da "classe social" e secundarizando as diferenças que se desenvolvem na materialidade das relações sociais capitalistas. O outro aspecto dessa problemática refere-se à apropriação das desigualdades pelo capitalismo que se utiliza da diversidade e das diferenças para lucrar e valorizar capital (Idem).

No próximo tópico, abordar-se-á, a partir da crítica do feminismo para os 99%, os discursos falaciosos e mistificadores de recuperação da economia, cujas propostas inserem-se no circuito de precarização do trabalho e congelamento de gastos públicos, acarretando a exacerbação da questão social, do sucateamento e mercantilização das políticas sociais. Cabe

ressaltar que a análise decorre de uma perspectiva à luz da sociedade brasileira, acoplando dados aproximativos da realidade que se relacionam com os temas discutidos pelo feminismo para os 99% no intuito de justificar a importância desse movimento na realidade concreta do Brasil.

"UN VIOLADOR EN TU CAMINO"[5]: A PERSPECTIVA DO FEMINISMO PARA OS 99% DIANTE DOS DESAFIOS ATUAIS

Neste tópico, são atrelados os elementos fundamentais do Manifesto "Feminismo para os 99%" como única alternativa possível para enfrentar a ofensiva conservadora em curso no contexto brasileiro contemporâneo. Vale sublinhar que na quadra contemporânea, os retrocessos no campo dos direitos sexuais, raciais e de gênero afloram a sua plenitude, autorizados e fortalecidos nas feições institucionalizadas e cotidianas do racismo brasileiro, na LGBTfobia institucional e das práticas crescentes de feminicídio, do aumento da violência contra as mulheres, na disseminação das políticas de extermínio e do genocídio da população negra.

O projeto político econômico de acumulação e valorização do capitalismo, mencionado no tópico anterior, filia-se a uma escalada conservadora, nacionalista e religiosa, marcada pelo recrudescimento da dependência ao imperialismo. Essa crise antidemocrática se aprofunda com o golpe jurídico parlamentar que destituiu a primeira mulher presidenta do Brasil e se intensificou com o advento de um governo ultraconservador, com explicita inspiração fascista.

Essa tendência se fortalece com o espraiamento dos movimentos autoritários e conservadores com conotação de supremacia racial e perseguição aos "esquerdistas", desnudando os valores e práticas anti-democráticas, heteronormativas, racistas e patriarcais arraigadas na nossa formação social e econômica.

A eleição do líder ultraconservador para a Presidência da República, no ano de 2018, no Brasil, acompanha a cartografia da extrema direita em outras partes do globo. Como observado por Corrêa (2018) a guinada política mais à direita que se deu nas recentes eleições brasileiras é drástica, mas está longe de ser excepcional, cuja restauração conservadora vinha sendo gestada desde os anos 2000, vinculada ao projeto de neoliberalização e financeirização da economia.

[5] Referência à performance do Lastesis (Coletivo Feminista de Valparaíso no Chile) que se tornou um hino mundial contra o feminicídio e a violência de gênero.

As formações autoritárias que tomaram corpo na paisagem política brasileira, segundo a autora, devem ser também interpretadas como reações as transformações políticas que tiveram lugar nas ordens de gênero, sexualidade e raça no decorrer da reconstrução democrática. O ataque a díade "gênero e comunismo" (Idem, 2018, p. 3) ocupa o centro da campanha eleitoral do atual presidente e perfaz a atuação política no âmbito do executivo, direcionado pelo capital financeiro e neoliberal, que implementa um conjunto de reformas no âmbito das políticas sociais e do trabalho.

No contexto histórico, a abertura ao capital internacional intermediada pela consolidação do neoliberalismo no Brasil, aumentou os níveis de desemprego e expropriações, acirrando a pobreza e a violência, bem como o sucateamento das políticas de educação, habitação, assistência social, saúde e previdência (SANTOS, 2008). Entende-se que no interior do movimento circunscrito pela história, marcado pelas lutas entre capital e trabalho no contexto neoliberal "é possível observar a submissão dos direitos sociais a disponibilidade orçamentária e aos interesses econômicos, defendidos pelo Estado e pelo grande capital." (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014, p.10).

Acompanhando a refuncionalização e contrarreforma do Estado, Antunes (2018) apresenta as modificações na regulação do trabalho que culminaram na explosão trabalho informal, intermitente, flexível, terceirizado e precarizado. Ao indagar sobre a nova morfologia do trabalho no Brasil, o autor problematiza os principais vilipêndios, adoecimentos, terceirizações que atingem a população trabalhadora. Especialmente, com a devastação, desregulamentação e corrosão dos direitos sociais e erosão das conquistas trabalhistas no Brasil, assegurados pela Constituição Federal.

Na esteira destes fenômenos, o feminismo para os 99% identifica-se anticapitalista, dado que as mulheres trabalhadoras do mundo inteiro sofrem com a exploração da sua mão de obra, com a informalidade, jornada extenuante de trabalho, disparidade salarial e falta de oportunidade.

> Em uma sociedade na qual os indivíduos possuem condições tão díspares, não pode haver competição de igual para igual. Em termos intelectuais, somos todos igualmente capazes. Socialmente, entretanto, a ausência de privilégios de uns e acúmulo de privilégios por outros torna as jornadas dramaticamente diferentes. Isso não quer dizer, é claro, que apenas os mais privilegiados possam "chegar lá". Quer dizer que eles encontrarão muito menos dificuldades no caminho. E esse chegar lá mudará continuamente de lugar para que os mais abastados possam manter uma posição de superioridade e prestigio social em relação aos menos favorecidos. (BARIONI et. al., 2016, p. 71).

A natureza do feminismo para os 99% constitui-se anticapitalista ainda, porque possui consciência crítica e revolucionária para compreender que as raízes do capitalismo produzem as desigualdades que afetam, de diferentes formas, as mulheres em todos os cantos do mundo.

No seio da guinada conservadora que ataca ostensivamente as políticas públicas, há a propagação da cruzada da ideologia de gênero, cuja fabricação alia-se às forças direitistas e fundamentalistas, forçando condições favoráveis para que a racionalidade conservadora e neoliberal se imbriquem, fertilizem-se mutuamente e capturem de maneira mais eficazes os corações e mentes (CORRÊA, 2018).

Notadamente, a ideologia de gênero incorpora discursos religiosos e laicos para construção de um artefato retórico e persuasivo ligado ao livre mercado para reconquistar o centro do debate público e político numa batalha inflamada e espetacularizada em torno da família tradicional (patriarcal, monogâmica e heterossexual), culminando no cerceamento a direitos e garantias fundamentais (JUNQUEIRA, 2018).

Segundo tal entendimento, a ideologia de gênero catalisa a naturalização do ser humano, do sexo, da sexualidade e das relações sociais pautando a hierarquização das diferenças, através da rebiologização essencializadora da concepção singular da família patriarcal e monogâmica, pela sacralização do matrimônio, do ideal normativo da maternidade para as mulheres, da filiação biológica, da heterossexualidade compulsória e da diferença sexual binária, fixa, inalterável e hierarquizada (Idem, 2018).

Esse arranjo desenrola-se numa perseguição ideológica aos considerados inimigos políticos da pátria, da família e da religião numa constante ameaça ao Estado de Direito. Nesse ínterim, há um conjunto de retrocessos para as políticas de proteção para as mulheres, como o deslocamento da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM) e do Conselho Nacional dos Direitos da mulher (CNDM) para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos comandados por uma pastora que se apresenta pela pauta antiaborto. Além disso, essa tônica naturaliza o crescente feminicídio, a virulência dos crimes contra a população LGBTI e o genocídio da população negra.

O ponto fulcral observar que a violência de gênero está presente em todas as esferas da sociedade, perpassando todas as classes, tornando-se ainda mais intensa em momentos de crise do modo de produção dado os impactos que isso ocasiona nas classes trabalhadora. A violência contra a mulher é uma relação que se impõe por meio das normatizações da sociedade patriarcal e do capitalismo que legitima a dominação e a exploração. Nesse sentido,

a violência contra mulher é composta por inúmeras facetas na atualidade podendo variar entre violência física, sexual, psicológica e patrimonial.

Cabe aqui ressaltar o feminicídio como manifestação mais acentuada da violência contra a mulher, crime que consiste no "assassinato de mulheres por homens motivados pelo ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade, ou pelo simples fato de serem mulheres" (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p. 3079).

A última edição do Atlas da Violência, lançada em 2019, registra um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, é o maior número registrado desde 2007. Esses dados não dão conta da totalidade das situações de violência fatal contra mulheres, principalmente quando associamos ao fator raça/etnia, uma vez que há uma ausência de protocolos que exijam a designação do feminicídio para o assassinato de mulheres, ocultando a real dimensão desse fenômeno no país (COSTA; GARCIA; VIEIRA, 2020).

Dessa feita, o feminismo para os 99% coloca-se como antirracista, porque luta contra um sistema colonial, oligárquico e repleto de resquícios escravistas que produzem o genocídio e encarceramento de vidas negras todos os dias, que reserva às mulheres negras os postos de trabalho mais precarizado e o suplício do trabalho doméstico explorado, do "quartinho nos fundos", pois "se o regime colonial foi rompido, não houve ruptura com as relações coloniais de poder" (PETRONE, 2019, p. 17).

> As feministas para os 99% reconhecem abertamente essa vergonhosa história e estão determinadas a romper com ela. Compreendemos que nada que mereça o nome de "liberação das mulheres" pode ser alcançado em uma sociedade racista, imperialista. Ao mesmo tempo, compreendemos que a raiz do problema é o capitalismo, do qual o racismo e o imperialismo são parte integrante. Esse sistema social que se orgulha do "trabalho livre" e do "contrato salarial" só pôde ter início devido à violenta pilhagem colonial e à "caça comercial de peles negras" na África, seu recrutamento forçado para a escravidão no "Novo Mundo" e a expropriação de povos indígenas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 77-78).

O Feminismo para os 99% é antirracista, porque entende que o movimento deve assumir uma posição. Esse feminismo coloca-se impreterivelmente contra a sexualização dos corpos, contra a seletividade do encarceramento, ao genocídio da população negra e da justiça retributiva do país que condena mulheres negras a uma vida marginalizada sem ter a oportunidade de justiça social e de ressignificar as próprias trajetórias.

Partindo de uma análise feminista marxista, Davis (2016) relata que as mulheres negras fizeram-se presentes nas lutas sociais e se uniram para lutar contra a violência racista,

sendo que as mesmas tiveram ao longo da história uma tradição associativa que se liga às causas progressistas mais cruciais: a sobrevivência e a dignidade. Ao criar o termo "Dororidade" que remete à solidariedade entre mulheres negras que sentem e vivenciam a dor do racismo, Trindade (2017) enfatiza que:

> O Brasil não é um país racista, afirma a maioria. Somos todas todos iguais. Utopia. O Racismo é imobilizador. Aliás, essa é a função dele – continuar existindo para manter a Branquitude, como projeto ideológico, cada vez mais consistente, dominador excludente (TRINDADE, 2017, p. 12).

Torna-se fundamental submeter as identidades de poder que se vendem como universais à crítica teórica como uma ferramenta de ação política, pois é preciso problematizar o sentido histórico das hierarquias sociais, raciais e de gênero que estruturam os privilégios sociais, tais como a noção de branquitude, a cisgeneridade, a heteronormatividade e a dominação masculina patriarcal.

Assim, o manifesto entende que os entrelaçamentos das relações sociais não podem ser analisadas de forma isolada uma das outras, ao passo que estão envoltas na dinâmica da divisão racial, sexual e social do trabalho, da produção e reprodução da vida social, permeada por antagonismos, hierarquias, explorações e complexidades que, por sua vez, expressam-se nas variadas formais de opressão (CISNE; FALQUET, 2020).

Esse pensamento leva ao entendimento de que o feminismo crítico e combativo reivindica-se antiLGBTfobico, uma vez que se coloca à frente da defesa das mulheres trans, lésbicas, bissexuais, travestis, ao considerar que as mulheres têm direito incondicional sobre sua sexualidade, sobre quem amar e se relacionar afetivo-sexualmente, sobre seus corpos e principalmente sobre suas vidas.

O relatório de crimes contra LGBTI no Brasil realizado pelo Grupo Gay da Bahia – GGB (2018), revela que o Brasil vem ocupando o primeiro lugar entre os países que mais comete crime contra essa população. O Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil (2018) argumenta que 2017 foram registrados 54 óbitos de mulheres lésbicas. "Houve um aumento de mais de 237% no número de casos de 2014 para 2017 e de 80% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foi o maior número de casos registrados em toda a história das pesquisas sobre lesbocídios no Brasil" (DIAS; PERES; SOARES; 2018, p. 62).

A plataforma Gênero e Número aponta que, no ano de 2019, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia no Brasil, caracterizando o segmento da população LGBTI que mais sofre

com esse tipo de violência, e as mulheres negras são a maioria nessa contextualização (SILVA, 2019).

O empenho na análise crítica exige o reconhecimento do lugar subalternizado em que as pessoas LGBTI e, de forma particularizada, as pessoas trans, ocupam nesse quadro econômico e social. De acordo com o Dossiê, os crimes perpetrados contra travestis e transexuais no Brasil em 2018, colocam o país já a 3 anos como o líder dentre os que mais matam transexuais no mundo, totalizando 167 assassinatos, sendo 41% do percentual mundial de homicídios (DIAS; PERES; SOARES; 2018).

Além do preconceito e da violência física que sofrem nas ruas, a comunidade LGBTI enfrenta desafios também no mundo do trabalho e do acesso aos direitos civis, políticos e sociais. O mercado capitalista possui um padrão, e esse padrão é excludente, não é por acaso que 90% das travestis e transexuais busquem meios de sobrevivência na prostituição. Do número de transexuais mortas em 2018, 65% delas trabalhavam como profissionais do sexo, e que 60% foram mortas na rua (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

De toda sorte, a retórica assumida na agenda governamental de "mais família e menos estado" que galgou espaço numa parte considerável da sociedade brasileira repudia com veemência:

> [...] a ações voltadas a reconhecer as mulheres como sujeito, legalizar o aborto, combater o feminicídio, criminalizar a homotransfobia, legalizar o casamento entre pessoas de mesmo sexo ("gaymônio") e garantir-lhes o direito de adotar, ampliar o acesso a novas tecnologias reprodutivas, assegurar a jovens e adolescentes informações sobre saúde sexual, promover o sexo seguro, despatologizar a transexualidade, reconhecer o direito à autodeterminação da identidade de gênero e à mudança de sexo, implementar políticas educacionais de igualdade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual. Divórcio, contracepção, equidade salarial entre homens e mulheres e coibição de violência física ou psicológica por parte dos pais na educação dos/as filhos/as também costumam figurar entre os alvos da indignação desses cruzados. (JUNQUEIRA, 2018, p. 457).

Por essa razão, torna-se inegociável a "luta para libertar a sexualidade não apenas das formas de família procriadora, nuclear e normativa, mas também das restrições de gênero, classe e raça e das deformações do estatismo e do consumismo" (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 73), considerando que, mesmo com avanços em alguns quesitos de igualdade, os direitos permanecem em uma constante ameaça e individualizados pela ótica neoliberal.

Um feminismo que se denomina anticapitalista não pode se esquivar da defesa do meio ambiente. Corroborando com o processo de devastação socioambiental, a direita

conservadora e apoiadora dos agronegócios e dos grandes latifundiários no Brasil trilham um amplo impulso para drenar e capitalizar os recursos naturais que sustentam o planeta.

De acordo com a sessão Igualdades da Revista Piauí (2020)[6], o Brasil caminha na contramão do mundo: enquanto o planeta deve reduzir suas emissões de carbono em 6% até o fim de 2020, o Brasil corre risco de aumentar as suas em até 20%, segundo uma estimativa feita pelo Observatório do Clima. Isso se deve ao avanço do desmatamento e das queimadas na região amazônica para garimpo e pecuária extensiva.

Nessa acepção, o feminismo para os 99% assume uma postura ecossocialista, porque entende que milhares de pessoas, sobretudo mulheres, defensoras dos direitos humanos e ambientais são brutalmente assassinadas nas próprias terras, povos originários são dizimados, recursos naturais são extraídos ilegalmente, territórios são invadidos e retirados de seus povos, para alimentar o sistema latifundiário que explora violentamente o(a) trabalhador(a) rural (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Nessa lógica, o ecossocialismo, segundo Löwy (2011, on-line) "é uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista". Para este autor, a crise ecológica coloca em perigo a sobrevivência da vida humana neste planeta, provocado pela lógica expansiva e destruidora do capitalismo que pode resultar nas próximas décadas, numa catástrofe sem precedente na história da humanidade (LÖWY, 2011)).

Considerando que a crise do capital não é apenas econômica, mas também uma crise ecológica, "o projeto ecossocialista implica uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico" (LÖWY, 2011, s.p).

Por todos os motivos elencados acima, o feminismo para os 99% contrapõe-se ao feminismo do 1%, opondo-se ao liberalismo corporativista que serve ao capital e a fração minoritária dos detentores dos meios de produção (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), comprometendo-se com uma luta anticapitalista, ecossocialista, antirracista, anti-LGBTtófica.

[6]Salientamos que este número está inserido na pandemia do Corona vírus que, em outros países, poupou o lançamento de gás carbono na atmosfera devido ao período de quarentena. A matéria completa está disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/menos-carbono-na-quarentena/ Acesso em: 24 Jul. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões tecidas ao longo do presente artigo buscaram refletir sobre as contribuições do Manifesto "Feminismo para 99%" para apreensão crítica da conjuntura contemporânea diante da crise capitalista, pautando-se nas experiências de revitalização do feminismo verificado na eclosão de protestos globais.

A abordagem deste estudo reivindica um feminismo anti-imperialista e internacionalista pautado na consciência de classe e em constante articulação com os Movimentos de Esquerda, a fim de compreenderem que as opressões possuem um núcleo fundamentado na exploração do capital.

Em meio à crise civilizatória que se vivencia, o feminismo para os 99% associa-se aos movimentos que reivindicam questões estruturais que afetam toda população, vinculadas às necessidades fundamentais dos(as) trabalhadores(as). Compreendendo que os sentidos de gênero, de raça e de sexualidade são manifestos nas relações de trabalho assalariado e não assalariado em torno da exploração e da opressão, tendo em vista, o processo de apropriação dessas disparidades para intensificação da exploração e barateamento da força de trabalho.

Caracteriza-se como um feminismo de enfrentamento as desigualdades e da ofensiva neoliberal, que por sua vez, foi se disseminando de país em país, em um momento de crise do capital, ameaçando substantivamente os direitos sociais.

Nesse cenário, o manifesto pauta uma atuação que compreenda as dimensões de geração, gênero, raça/etnia e sexualidade, entendendo que a negação acarreta numa leitura fragmentada e homogeneizada da classe social, desqualificando as lutas sociais a partir do argumento de que as pautas identitárias dividem a unidade das classes sociais, considerando-as como dimensões menos importantes e acessórias.

À vista dessas considerações, pondera-se a importância e urgência de materialização do Feminismo para os 99% no cotidiano das mulheres, ao passo que se faz necessário refletir acerca de quais maneiras esse movimento poderá alcançar efetivamente os 99% ao qual se refere. E nesta esteira, essa obra, ao lado da produção acadêmica e política do Movimento Feminista, representa um importante marco de contribuição para as organizações sociais e lutas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.* São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto.* São Paulo. Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. O significado de uma greve de mulheres. *Revista Movimento*. Disponível em: https://movimentorevista.com.br/2018/03/o-significado-de-uma-greve-de-mulheres/. Acesso em: 4 Jul. 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: DF, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acesso em: 25 Jun. 2020.

BARIONI, Paola; LARA, Bruna de; MALAQUIAS, Thaysa; MOURA, Gabriela; RANGEL, Bruna. *MEU AMIGO SECRETO: feminismo além das redes.* Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. Dossiê *dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018.* Associação nacional de travestis e transexuais do Brasil (ANTRA). Instituto brasileiro trans de educação (IBTE). Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf Acesso em: 25 Jun. 2020.

BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no *Brasil.* São Paulo. Boitempo, 2018.

BREWER, Kirstie. A greve geral de mulheres que tornou Islândia o país 'mais feminista do mundo'. *BBC*, 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151102_islandia_feminismo_hb. Acesso em: 25 Jun. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-32.

CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista-materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. *Serviço Social em Revista*, v. 22, n.02, 2020. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38003 Acesso em: 25 Jun. 2020.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. *Feminismo, diversidade e Serviço Social.* – São Paulo: Cortez, 2018. – (Biblioteca Básica de Serviço Social).

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. *Uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro, diz Ministério da Saúde.* Disponível em: http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html. Acesso em: 25 Jun. 2020.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? *Sexuality Policy Watch*, Rio de Janeiro, 12 nov. 2018. Disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf Acesso em: 10 Jun. 2019.

COSTA, Renata Gomes; GARCIA, Rubya Souza; VIEIRA, Monique Soares. Desigualdade de gênero e revenge porn: a culpabilização da mulher diante da violência. In: COLVERO, R.; JOVINO, D.; PANIAGUA, E. *Relações de Fronteira e Interdisciplinaridades 4*. São Borja: Unipampa – Universidade Federal do Pampa; Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe.* Tradução: Heci Regina Candiani. – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Clara; PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felippe. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017.* Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf. Acesso em: 3 Jul. 2020.

DiP, Andrea. "2020 será o ano do aborto legal, não temos dúvida quanto a isso, é irreversível que se torne lei", diz María Florencia Alcaraz. Agência Pública de Jornalismo Investigativo. Disponível em: https://apublica.org/2020/03/2020-sera-o-ano-do-aborto-legal-nao-temos-duvida-quanto-a-isso-e-irreversivel-que-se-torne-lei-diz-florencia-alcaraz/#:~:text=Fruto%20de%20muitos%20encontros%2C%20reuni%C3%B5es,mulheres%20em%20abortos%20ilegais%20inseguros Acesso em: 24 Jul. 2020.

EL PAÍS. Brutal *assassinato com estupro de adolescente reacende luta contra o feminicídio na Argentina.* Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/internacional/1476717704_725902.html. Acesso em: 2 Jul 2020.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.* Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo. Elefante, 2019.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo.* São Paulo. Claridade. 2015.

GASPAROTTO, Geovana Prante; GROSSI; Patrícia Krieger; VIEIRA, Monique Soares. *O ideário neoliberal: A submissão das políticas sociais aos interesses econômicos*, 2014. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8153/2/evento_006%20-%20Patr%C3%ADcia%20Krieger%20Grossi.pdf. Acesso em: 20 Jul. 2020.

GOUVÊA, Marina Machado; MASTROPAOLO, Maria Josefina. Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. In: Marx e o marxismo 2019: marxismo sem tabus – Enfrentamento opressões, 2019, Niterói, RJ. *Anais do Seminário Internacional Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus – Enfrentando opressões*, 2019. Disponível em: http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC271.pdf. Acesso em: 25 Jul. 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2018*. Disponível em: https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf. Acesso em: 20 Jul. 2020.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 3ª ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1993, 349 p.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. A questão da emancipação das mulheres: contribuições e dilemas da tradição marxista e feminista. In: *Marxismo, Política Social e Direitos.* BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Ivanete, LIMA, Rita de Lourdes. – 1 ed.- São Paulo: Cortez, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo , v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 Jul. 2020.

LOWY, Michael. Ecossocialismo por Michael Lowy. Blog da Boitempo. Publicado em 01/03/2011. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2011/03/01/1003/. Acesso em: 25 Jun. 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. A proletária. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm. Acesso em: 20 Jun. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista.* 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MENEGHEL, Stela; PORTELLA, Ana Paula. *Feminicídios: conceitos, tipos e cenários.* Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3077.pdf Acesso em: 25 Jun. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Painel Temático Saúde da Mulher.* Disponível em: http://www.redeblh.fiocruz.br/media/painelmulher.pdf. Acesso em: 25 Jun. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência.* 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro. *Tese (doutorado)* – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2008. Disponível em: http://livros01.livrosgratis.com.br/cp062620.pdf. Acesso em: 20 Jun. 2020.

SILVA, Vitória Régia. No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. *Plataforma Gênero e Número.* Disponível em: http://www.generonumero.media/no-brasil-6-mulheres-lesbicas-sao-estupradas-por-dia/ Acesso em: 25 Jun. 2020.

PETRONE, Talíria. Prefácio. In: ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto.* São Paulo. Boitempo, 2019.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade.* Editora Nós. 2017.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). *Diferenças, igualdade.* São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-146